

LUTHERO LEILÕES

EDITAL DE HASTA PÚBLICA - LEILÃO JUDICIAL ELETRÔNICO

A **Dra. Cintia Adas Abib**, Egrégio Juízo da 3ª Vara Cível da Comarca de São Caetano do Sul/SP, nos autos do processo 0009487-02.2010.8.26.0565, movido por **L.S.**, em face de **M.D.S** e **OUTRO(S)**, **comunica a todos que possam se interessar**, que será realizado leilão público através da Gestora de Alienação Eletrônica, **LUTHERO LEILÕES**, hospedado no endereço eletrônico www.lutheroleiloes.com.br, sob condução do **Leiloeiro Público Oficial, Sr. Cezar Augusto Badolato Silva - JUCESP nº 602**, nos termos deste Edital de Leilão.

DOS LEILÕES: Os lances serão captados por meio eletrônico, através do sítio eletrônico: www.lutheroleiloes.com.br, o **1º Leilão** terá início no dia **02/03/2026 às 10h00**, e terá encerramento no dia **05/03/2026 às 10h00**; não havendo lance superior ou igual ao da avaliação, seguir-se-á, sem interrupção, ao **2º Leilão**, que se estenderá em aberto para captação de lances e se encerrará em **26/03/2026 às 16h40**; (horário de Brasília), sendo vendido o bem pelo maior lance ofertado, desde que igual ou acima de **60%** do valor da avaliação, devidamente atualizada até a data da apresentação deste edital. A venda do imóvel será na sua integridade, porém, o deságio (40%) recairá apenas sobre a fração ideal pertencente ao executado (50% penhorado), inteligência do §2º do art. 843 do CPC.

DO PAGAMENTO:

- a) **Da Comissão do Leiloeiro:** O arrematante deverá pagar a título de comissão, o valor correspondente a 5% (cinco por cento) sobre o preço de arrematação do bem, que não está incluso no valor do lance, através de transferência bancária eletrônica a ser informada pela Gestora, no prazo de até 24 (vinte e quatro) horas após o encerramento do leilão, como prevê o artigo 892 do CPC.
- b) **À vista:** O arrematante deverá efetuar o pagamento do preço do bem arrematado, no prazo de até 24 (vinte e quatro) horas após o encerramento do leilão, através de depósito judicial vinculado ao processo, fornecido pelo Leiloeiro.
- c) **Parcelado:** Os interessados deverão ofertar, diretamente na plataforma www.lutheroleiloes.com.br, pagamento inicial de pelo menos 25% do lance à vista e o restante parcelado em até 30 (trinta) meses, conforme preceitua o artigo 895 do CPC e § único do artigo 22 da Resolução nº 236 do CNJ, cuja parcela não pode ser inferior à R\$ 1.000,00 (mil reais). **Importante:** Nesta modalidade, o próprio bem servirá como garantia hipotecária. O pagamento da entrada deve ser efetuado no prazo de até 24 (vinte e quatro) horas após o encerramento do leilão, através de depósito judicial vinculado ao processo fornecido pelo Leiloeiro. **Caso haja lance à vista, o sistema não aceitará lance posterior na modalidade parcelada.**
- d) **Pelo Crédito:** Se o exequente arrematar os bens e for o único credor, não é obrigado a exibir o preço. Porém, se o valor do bem exceder ao seu crédito, deve depositar a diferença, em até 3 dias, sob pena de tornar sem efeito a arrematação (§ 1º do artigo 892 do CPC).



LUTHERO

LEILÕES

COMO PARTICIPAR: O interessado deverá se cadastrar previamente no website www.lutheroleiloes.com.br, enviar a documentação obrigatória e se habilitar diretamente no lote para participar deste leilão.

CONDIÇÕES DE VENDA: O bem será vendido no estado de conservação em que se encontra, sem garantia, constituindo ônus do interessado verificar suas condições, antes das datas designadas para as alienações judiciais eletrônicas.

DO DIREITO DE PREFERÊNCIA: Nos termos do § 1º do artigo 843 do CPC, é reservado ao coproprietário ou ao cônjuge não executado, o exercício do direito de preferência na arrematação do bem em igualdade de condições.

DA INADIMPLÊNCIA: Na ocasião de não pagamento do lance ofertado e/ou da comissão do leiloeiro, o licitante ficará obrigado ao pagamento da comissão devida no importe de 2,5% sobre o valor ofertado em favor do leiloeiro, além de multa e bloqueio de cadastro.

DA EXTINÇÃO DA AÇÃO E COMISSÃO: Nos termos do §3º do artigo 7º da Resolução nº 236/2016 do Conselho Nacional de Justiça, caso o executado, após a publicação deste edital, efetue o pagamento da dívida ou celebre acordo visando à extinção do processo, deverá, como condição para homologação, arcar com: **(i)** 2,5% sobre o valor da 2ª praça, além das despesas, caso o pagamento ou acordo ocorra antes da realização da hasta pública; **(ii)** Comissão integral fixada em juízo, além das despesas, caso o pagamento ocorra após hasta pública positiva. O não pagamento das referidas verbas poderá, a critério do MM. Juiz, impedir a extinção e/ou homologação do acordo.

DÉBITOS: Por força da Aquisição Originária, o objeto desta alienação estará livre de quaisquer ônus e não haverá sucessão para o arrematante nas obrigações do devedor, conforme prevê o §1º do art. 908 do CPC, inclusive as de natureza *propter rem*, ficam sub-rogados no valor da arrematação, nos termos do Tema 1134 do STJ, do § único do 130 do Código Tributário Nacional. O arrematante somente responderá pelos débitos do imóvel no dia subsequente da competente expedição da Carta de Arrematação.

PENHORAS; HIPOTECA E DEMAIS ÔNUS: No caso de arrematação ou alienação, o MM. Juízo Comitente cancelará as constrições deste e demais oriundas de outros processos através da Central Nacional de Indisponibilidade de Bens (CNIB), arcando o interessado com os emolumentos devidos, conforme prevê o artigo 320-G do Provimento 188/2024 do CNJ. Alternativamente, fica este Edital, Auto e Carta de Arrematação servindo como OFÍCIO para apresentação junto aos respectivos órgãos competentes para que o Arrematante providencie as respectivas baixas das restrições existentes junto aos respectivos órgãos competentes.

AUTO DE ARREMATAÇÃO: Assinado pelo Arrematante, pelo Leiloeiro e assinado por decisão homologatória pelo E. Juízo, a arrematação será considerada perfeita, acabada e irretroatável, ainda que venham a ser julgados procedentes os feitos assegurando o direito de reparação pelos prejuízos sofridos (artigo 903, CPC).

CARTA DE ARREMATAÇÃO: A carta de arrematação poderá ser expedida via tabelionato de notas, após a decisão de decurso de prazo, conforme provimento nº 31/2013 da Corregedoria Geral de Justiça de São Paulo.



LUTHERO

LEILÕES

IMISSÃO NA POSSE: Após o pedido e o pagamento das custas processuais pelo Arrematante, será expedido o Mandado de Imissão na Posse pelo MM. Juízo Comitente, ficando o Arrematante responsável dos bens listados pelo Sr. Oficial de Justiça que porventura existirem no imóvel.

Advertência: Correrão por conta do arrematante as despesas e os custos relativos à desocupação e quaisquer outros custos provenientes de sua aquisição, tais como registro da Carta de Arrematação, taxas, averbações, imposto de transmissão ITBI etc.

BENS:

LOTE 01: FAZENDA CONCEIÇÃO, O imóvel é composto pelas seguintes matrículas Nº 18.238, 18.239 do CRI de Brotas/SP; e 30.038 e 30.042 do CRI de São Pedro/SP. Contribuinte/INCRA nº 623.091.002.542-0. Endereço: Imóvel localizado na Estrada Vicinal Cesarino Mariano – TRR-040, no km 18, aproximadamente, na divisa entre os municípios de Torrinha e São Pedro/SP, lado direito da via sentido Torrinha–São Pedro, com área total de **219,8514 hectares**, conforme dados constantes no Sistema Nacional de Cadastro Rural – SNCR/INCRA. (fls.1646/1652)

Consta no cadastro do SNCR/INCRA a exploração agrícola com cultivo de **cana-de-açúcar**, em área de 287,5000 hectares, com produção declarada de **31.625 toneladas** na última safra informada, sem restrições de uso sobre a área explorada.

Constam as seguintes áreas gravadas com restrições ambientais: Reserva Particular do Patrimônio Natural (RPPN): 105,8000 ha; Área de Reserva Legal: 61,2000 há e Área de Preservação Permanente (APP): 44,6000 há. Totalizando **211,6000 hectares** de áreas com restrição ambiental.

Consta área destinada à pastagem plantada correspondente a **220,7514 hectares**, classificada como área sem restrição.

AVALIAÇÃO R\$ 7.816.381,99 (sete milhões e oitocentos e dezesseis mil trezentos e oitenta e um reais e noventa e nove centavos), atualizada até a apresentação deste edital pelo índice do TJSP.

Débito INCRA/ITR: Não localizado. Eventuais informações poderão ser disponibilizadas diretamente na plataforma do leiloeiro.

Débito de Condomínio: Não se aplica.

Débito de Fiduciário: Não há.

Ônus/Gravames: Constan as seguintes averbações na matrícula: Av. 02 – Penhora Exequenda, Av. 08 – Penhora Exequenda; Av. 09 – Penhora Exequenda. e Av. 10 – Penhora Exequenda.

LOTE 02: Matrícula: 25.937 do CRI de São Pedro/SP. **Cadastro Imobiliário:** 8672 **Endereço:** Rua Duque de Caxias, 861 - Vila Helena, São Pedro - SP, 13520-000, consta no Laudo de Avaliação que o **imóvel possui 456,00m² de área de terreno**. Conforme consulta realizada no site da Prefeitura Municipal, foi localizada a existência de uma construção com área total de 257,76 m².



LUTHERO

LEILÕES

AVALIAÇÃO (fls. 61/62 – laudo anexo): **R\$ 580.836,22** (quinhentos e oitenta mil oitocentos e trinta e seis reais e vinte e dois centavos), atualizada até a apresentação deste edital pelo índice do TJSP.

Débito de IPTU: Na certidão consta a existência de débitos; contudo, até o presente momento, a Prefeitura Municipal não informou o valor atualizado. Eventuais informações complementares poderão ser disponibilizadas diretamente na plataforma do leiloeiro.

Débito de Condomínio: Não se aplica.

Débito de Fiduciário: Não há.

Ônus/Gravames: Constan as seguintes averbações na matrícula: Av. 12 – Penhora Exequenda; Av. 13 – Penhora Exequenda e Av. 14 – Penhora Exequenda.

Débito da Ação: **R\$ 9.727.936,62** (nove milhões setecentos e vinte e sete mil novecentos e trinta e seis reais e sessenta e dois centavos), referência em nov/25.

Advertência: CABE AO INTERESSADO pesquisar a existência e/ou valores atualizados até a data do leilão de eventuais débitos sobre o referido bem leiloadado diretamente no Condomínio e/ou Órgãos Competentes e/ou Entidades e/ou Instituições Financeiras.

Poderá haver informações complementares diretamente na plataforma do leiloeiro.

INTIMAÇÕES: Com fundamento nos parágrafos únicos dos artigos 274 e 889 do Código de Processo Civil, considera-se que os Executados e terceiros interessados estão devidamente cientificados por meio deste Edital, não podendo alegar desconhecimento, em razão da ampla publicidade prevista na legislação vigente.

Dra. Cintia Adas Abib
Egrégio Juízo de Direito

